Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, para permitir que a avó materna ou o avô materno ausente-se do trabalho por 5 (cinco) dias, sem prejuízo do salário, em caso de nascimento de neto cujo nome do pai não tenha sido declarado, e para prever o afastamento do serviço às doadoras de leite materno.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

	Art.	1° () art	. 473	3 da	Co	onsoli	daçã	o das	Le	is	do
Trabalho	(CLT)	, apro	ovada	pelo	Deci	ret	o-Lei	n° 5	.452,	de	1°	de
maio de 1	.943,	passa	a vig	orar	com	as	segui	ntes	alter	açõe	s:	

"Art.	473.	 	
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		 • • • • • • • •	

XII - por 5 (cinco) dias consecutivos, no caso de avó materna ou avô materno, a contar do nascimento de neto ou neta, quando o nome do pai da criança não tiver sido declarado;

XIII - por 1 (um) dia a cada mês, para a trabalhadora que doar leite materno.

- § 1° O direito previsto no inciso XII deste artigo será usufruído, no período seguinte ao parto, apenas pelo empregado que for declarado acompanhante da parturiente.
- § 2° A trabalhadora que doar leite materno durante sua licença-maternidade terá direito ao gozo do período de afastamento previsto no inciso XIII deste artigo, cumulativamente, após o término da licença-maternidade.

§ 3° A condição de doadora, para efeito do inciso XIII deste artigo, deve ser atestada por banco oficial de leite."(NR)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 6 de junho de 2018.

RODRIGO MAIA Presidente